

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 03, DE 29 DE ~~avril~~ DE 2024.

LIDO NO EXPEDIENTE

EM 29/10/24

Coordenadoria de Registros Legislativos

APROVADO

EM 29/10/24

Coordenadoria de Registros Legislativos

Altera os arts. 63, XIV e 80, §4º, da Constituição do Estado do Piauí e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 63, XIV, da Constituição do Estado do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.....

XIV – eleger sua mesa Diretora;" (NR)

Art. 2º O art. 80, §4º, da Constituição do Estado do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80.....

§4º A Assembleia Legislativa reunir-se á em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução ou reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura, devendo a eleição da Mesa para o segundo biênio ser realizada com antecedência máxima de 4 (quatro) meses anteriores ao início do terceiro ano da legislatura, de modo a garantir a contemporaneidade entre a eleição e o mandato correspondente." (NR)

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

X (Bela D)

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina/PI,

__ de __ de 2024.

B
Rafael

Felipe de S. A. S.
(FELIPE)

619
16261

10/10/24
(MADAM)

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Elisângela Mauer

5

(Simone Pereira)

[Signature]

Helio

Wagner

JUSTIFICATIVA

Esta proposta tem o objetivo de alterar os artigos 63, XIV e 80, §4º, todos da Constituição Estadual, e se justifica pela necessidade de alinhar o texto estadual à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) n. 6688 e 7350, de forma a garantir segurança jurídica aos atos praticados pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

No referido julgamento, o STF firmou entendimento sobre a contemporaneidade da escolha da Mesa Diretora referente ao segundo biênio.

Em que pese a decisão não possuir caráter vinculante, entendemos que devemos adotar essa postura em relação as próximas eleições para escolha dos membros da mesa Diretora deste Poder Legislativo.

Deste modo, a proposta de alteração dos artigos 63, XIV e 80, §4º, todos da Constituição do Estado do Piauí, prevê que o mandato da Mesa Diretora será de dois anos, e que a contemporaneidade para a escolha dos membros da mesa para o segundo biênio deve respeitar o marco temporal máximo de 04 meses anteriores ao início do terceiro ano da legislatura.

Portanto, a presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Piauí é pertinente, para a adequação da legislação estadual à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Espera-se que o plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí acolha e aprove a proposição.

Felipe de S. R. Silva
(FELIPE)

OP

inter

87
Pinto

André

Spina

Wilton

Alcides

5

Dr. T. L.

Helio